

**Galvão Engenharia S.A – em
Recuperação Judicial**

**Demonstrações contábeis referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2016
e relatórios dos auditores independentes
sobre as demonstrações contábeis**

Approach Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos conselheiros e acionistas da

GALVÃO ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Galvão Engenharia S.A – em recuperação judicial. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Galvão Engenharia S.A. – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base opinião com ressalva

Em 25 de março de 2015, a Companhia entrou com o pedido de Recuperação Judicial. O plano de Recuperação Judicial, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 28/08/2015 e homologado pelo Juiz da Recuperação Judicial em 22/09/2015. A Companhia entregou Ativos aos credores bem superior ao valor de sua dívida, não comprometendo a geração de caixa futuro da Companhia para fazer frente as dívidas anteriores ao pedido de Recuperação Judicial. Pelo fato de não haver compromisso da geração de caixa futuro das atividades operacionais da Companhia com o Plano de Recuperação Judicial, a Administração entende que a empresa possui baixo risco de continuidade e comprometimento de suas atividades, porém deve ser mensurado e envidado esforços para que o mesmo seja eliminado.

24 de fevereiro de 2017

Galvão Engenharia S.A – Em Recuperação Judicial

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 as demonstrações contábeis da Companhia poderão sofrer impacto em decorrência dos possíveis efeitos da “Operação Lava Jato”.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas.

Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

No exercício de 2015, em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial, a Companhia efetuou uma cisão parcial transferindo para a empresa CEOS Administradora de Bens S.A. valores referentes a Contas a Receber, Adiantamentos a Fornecedores, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Adiantamentos de Clientes e Impostos e Contribuições Diferidos resultando num acervo líquido de R\$ 39.392.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

24 de fevereiro de 2017

Galvão Engenharia S.A – Em Recuperação Judicial

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria,

24 de fevereiro de 2017

Galvão Engenharia S.A – Em Recuperação Judicial

inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 24 de fevereiro de 2017.

Approach Auditores
Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0


Leandro Antonio Marini Pires
Sócio-Diretor
Contador CRC 1SP185232/O-3

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora		Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.653	45.505	20.718	34.297	Fornecedores e outras contas a pagar		33.452	168.129	31.704	166.934
Contas a receber e outros recebíveis	5	394.585	458.411	288.240	436.556	Empréstimos e financiamentos	8	27.331	28.218	10.464	14.400
Estoques		149.545	203.040	149.412	202.990	Provisões e encargos trabalhistas		25.118	50.235	25.118	49.181
Impostos e contribuições a recuperar		65.299	67.737	62.270	64.759	Obrigações fiscais		49.309	62.266	49.226	61.780
Adiantamentos a fornecedores		50.512	23.250	15.247	23.156	Adiantamento de clientes		48.664	39.989	44.315	29.509
Despesas antecipadas		1.709	1.155	1.502	797						
Total do ativo circulante		683.303	799.098	537.389	762.555	Total do passivo circulante		183.874	348.837	160.827	321.804
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber e outros recebíveis	5	57.083	68.423	73.762	93.864	Fornecedores e outras contas a pagar			2	-	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	44.360	49.045	50.216	61.610	Empréstimos e financiamentos	8	125.730	106.120	18.337	28.869
Permanente						Obrigações fiscais		21.172	4.298	21.172	4.298
Investimentos	6 a	5.158	9.535	139.884	10.277	Provisão para contingências	11	64.271	35.832	64.272	35.797
Imobilizado	7	165.682	227.931	74.003	121.427	Provisão para perdas em investimentos	6 b	6.839	10.741	32.073	10.741
Intangível		25.891	1.767	1.018	1.747						
Total do ativo não circulante		298.174	356.701	338.883	288.925	Total do passivo não circulante		218.012	156.993	135.854	79.707
Total do ativo						Patrimônio Líquido					
		981.477	1.155.799	876.272	1.051.480	Capital social	13 a	860.144	860.144	860.144	860.144
						Prejuízos acumulados	13 b	(299.208)	(223.999)	(299.208)	(223.999)
						Ajuste de avaliação patrimonial	13 c	18.655	13.824	18.655	13.824
								579.591	649.969	579.591	649.969
						Total do passivo e patrimônio líquido		981.477	1.155.799	876.272	1.051.480

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida		298.890	885.275	289.583	874.856
Custo dos serviços prestados		(275.472)	(966.450)	(254.919)	(952.425)
Lucro/Prejuízo bruto		23.418	(81.175)	34.664	(77.569)
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais		(101.964)	(187.779)	(86.052)	(155.050)
Outras receitas (despesas) líquidas		14.672	22.957	16.737	23.681
		(87.292)	(164.822)	(69.315)	(131.369)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(63.874)	(245.997)	(34.651)	(208.938)
Receitas financeiras		12.381	22.286	12.468	17.588
Despesas financeiras		(17.698)	(100.808)	(9.518)	(96.183)
Resultado financeiro líquido		(5.317)	(78.522)	2.950	(78.595)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		(471)	517	(31.281)	(36.469)
Resultado antes dos impostos		(69.662)	(324.002)	(62.982)	(324.002)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(123)		(123)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(5.424)	41.368	(12.104)	41.368
Resultado do exercício		(75.209)	(282.634)	(75.209)	(282.634)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	<u>(75.209)</u>	<u>(282.634)</u>	<u>(54.756)</u>	<u>(282.634)</u>
Varição cambial de conversão de operações no exterior	4.831	(16.927)	4.831	(16.927)
Resultado abrangente total	<u>(70.378)</u>	<u>(299.561)</u>	<u>(49.925)</u>	<u>(299.561)</u>
Resultado abrangente atribuível aos Acionistas controladores	<u>(70.378)</u>	<u>(299.561)</u>	<u>(49.925)</u>	<u>(299.561)</u>
Resultado abrangente total	<u>(70.378)</u>	<u>(299.561)</u>	<u>(49.925)</u>	<u>(299.561)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2015		899.536	54.839	3.796	30.751		988.922
Cisão parcial		(39.392)					(39.392)
Varição cambial de conversão de operações no exterior					(16.927)		(16.927)
Resultado do exercício						(282.634)	(282.634)
Transferência para compensação de prejuízo			(54.839)	(3.796)		58.635	
Em 31 de dezembro de 2015	13	<u>860.144</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>13.824</u>	<u>(223.999)</u>	<u>649.969</u>
Varição cambial de conversão de operações no exterior					4.831		4.831
Resultado do exercício						(75.209)	(75.209)
Em 31 de dezembro de 2016	13	<u>860.144</u>	<u> </u>	<u> </u>	<u>18.655</u>	<u>(299.208)</u>	<u>579.591</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(75.209)	(282.634)	(75.209)	(282.634)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.113	(16.318)		(252)
Depreciação e amortização	43.160	69.417	25.312	52.612
Resultado na venda de imobilizado e intangível	(1.058)	4.893	(2.687)	4.550
Resultado da equivalência patrimonial	473	(517)	31.283	36.469
Provisão para contingências	64.269	4.432	64.269	4.432
Impostos de renda e contribuição social diferidos	5.424	(41.368)	12.104	(41.368)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	7.259	74.038	2.872	69.554
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	4.831	16.927	4.831	16.927
	55.262	(171.130)	62.775	(139.710)
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais				
Contas a receber e outros recebíveis	69.053	(259.727)	168.418	(271.404)
Estoques	53.495	20.795	53.578	20.626
Impostos e contribuições a recuperar	2.438	66.604	2.489	65.957
Adiantamento a fornecedor	(27.262)	78.790	7.909	66.849
Despesas antecipadas	(554)	3.196	(705)	2.623
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(739)	(2.486)	(710)	2
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais				
Adiantamento de clientes	8.675	6.984	14.806	(875)
Fornecedores e outras contas a pagar	(134.679)	101.562	(135.232)	101.418
Provisões e encargos trabalhistas	(25.117)	(30.625)	(24.063)	(29.780)
Obrigações fiscais	3.917	83.563	4.320	83.509
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(3.355)	(4.541)	(812)	(685)
Provisão para contingências	(35.830)	36	(35.794)	
Provisão para perdas em investimentos	(3.902)	1.194	21.332	1.194
Caixa líquido das atividades operacionais	(38.598)	(105.785)	138.311	(100.276)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	3.904	(2.451)	(160.890)	26.164
Imobilizado	20.147	(14.598)	24.799	(3.311)
Intangível	(24.124)	3.762	729	3.758
Caixa líquido das atividades de investimento	(73)	(13.287)	(135.362)	26.611
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	14.819	(66.796)	(16.528)	(108.910)
Caixa líquido das atividades de financiamento	14.819	(66.796)	(16.528)	(108.910)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(23.852)	(185.868)	(13.579)	(182.575)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	45.505	231.373	34.297	216.872
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	21.653	45.505	20.718	34.297
Varição das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	(23.852)	(185.868)	(13.579)	(182.575)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1.510, 19º andar, São Paulo - SP, é uma sociedade anônima de capital fechado com o objeto social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada; (c) execução de estradas vicinais; (d) abastecimento de água, saneamento, drenagem e irrigação; (e) aluguel de equipamentos, comércio e representação de materiais para construção; (f) sinalização de vias em geral; (g) pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de substâncias minerais, em todo território nacional; (h) serviços de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (i) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (j) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada, projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou de terceiros; (l) construção e montagem de gasodutos e oleodutos, montagem industrial de plantas diversas, inclusive petroquímicas e refinarias de petróleo, construção e montagem de plataformas marítimas para exploração de petróleo; (m) prestação de serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de redes de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou cotista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades mencionadas nos itens acima.

a) Entidades da controladora

As operações da Companhia são representadas substancialmente pela sua participação nas empresas a seguir relacionadas:

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Controladas / Coligadas	País	Controle	Participação	
			2016	2015
GLOG Logística, Exportação e Importação Ltda.	Brasil	Direto	99,99%	99,99%
CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.	Brasil		5,00%	5,00%
AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais de Construção Ltda.	Brasil	Compartilhado	33,33%	33,33%
Galvão Engenharia S.A. - Sucursal del Peru	Peru	Direto	100,00%	100,00%
Indústria Naval de Pernambuco S.A.	Brasil	Compartilhado	50,00%	50,00%
Engibras Engenharia S.A	Brasil	Direto	100,00%	0,00%
Galvão Concessões Rodoviárias Participações S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

2 BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2017.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 3 e 4, respectivamente.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

c) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3 (a) – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida e a classificação de negócios em conjunto; e

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

- Nota explicativa 3 (m) – classificação de arrendamento mercantil.

d) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 – realização do contas a receber e outros recebíveis;
- Nota explicativa nº 7 – vida útil do ativo imobilizado;
- Nota explicativa nº 10 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- Nota explicativa nº 11 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

e) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O valor justo que é determinado para passivos financeiros, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2016.

f) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data em que o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos de

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores nas adquiridas pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Controladas

O Grupo controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as informações financeiras de controladoras e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual o Grupo possui controle compartilhado, onde o Grupo tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não o direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos controlados em conjunto são contabilizados por meio do método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício da investida até a data em que o controle conjunto deixar de existir.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre entidades do Grupo são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação em cada investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(ii) Prestação de serviços

O Grupo reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados.

(iii) Contratos de construção

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

A receita dos contratos de construção compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados. Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos do contrato que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- variação cambial;
- descontos obtidos e concedidos;
- tarifas bancárias; e
- despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

As receitas e a despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações e as diferenças resultantes são reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

e) **Benefícios a empregados**

(i) **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) **Plano de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. O Grupo não possui outros benefícios pós-emprego.

f) **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

g) Estoques

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

h) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pela vida útil estimada do bem já que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

• Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Equipamento de campo	17 anos
• Veículos	17 anos
• Instalações	17 anos

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

- Equipamentos especiais 11 anos
- Edificações 25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado.

(iii) Amortização

Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j) Instrumentos financeiros

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida.

A administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

l) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato fosse mantido. Antes da provisão ser constituída, o Grupo reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados aos contratos.

m) Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Ativos mantidos pelo Grupo sob arrendamentos que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

alocadas em cada período durante o prazo de arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	1.342	5.436	407	4.394
Aplicações financeiras	20.311	40.069	20.311	29.903
	21.653	45.505	20.718	34.297

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 CONTAS A RECEBER E OUTROS RECEBÍVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber - privado	59.886	61.733	55.000	41.617
Contas a receber - público	223.161	290.670	221.702	288.860
Partes relacionadas	109.577	98.484	26.269	124.012
Outras contas	59.044	75.947	59.031	75.931
	451.668	526.834	362.002	530.420
Circulante	394.585	458.411	288.240	436.556
Não Circulante	57.083	68.423	73.762	93.864

6 INVESTIMENTOS

A Companhia registrou uma perda de R\$ 31.281 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 36.469 em 2015) de equivalência patrimonial de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. O Grupo registrou uma perda de R\$ 471 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (ganho de R\$ 517 em 2015) de equivalência patrimonial de seus empreendimentos controlados em conjunto.

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial e empresas consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Nenhuma das controladas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras de investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

a) Composição dos investimentos – controladora

	Controladora	
	2016	2015
GLOG Logística, Exportação e Importação Ltda.		4.647
CAB Sistema Produtor Alto Tietê S.A.	5.158	5.629
Engibras Engenharia S.A	134.725	
Galvão Concessões Rodoviárias Participações S/A	1	1
	139.884	10.277

b) Provisão para perdas em investimentos – controladora

	Controladora	
	2016	2015
AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais de Construção Ltda.	6.837	6.836
GLOG Logística, Exportação e Importação Ltda.	22.308	
Galvão Engenharia S.A. - Sucursal del Peru	2.928	3.905
	32.073	10.741

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

7 IMOBILIZADO

Consolidado	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de campo	Veículos	Instalações	Equipamentos especiais	Edificações	Terrenos	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo											
Saldo em 1º de janeiro de 2015	171.516	22.810	13.796	128.448	105.753	41.661	12.414	3.491	841	1.823	502.553
Adições	12.163	105	305	14.088	71	1	238				26.971
Baixas	(13.666)	(824)	(206)	(2.155)	(8.479)	(12)	(3.152)	(14)			(28.508)
Transferências											
Saldo em 31 de dezembro de 2015	170.013	22.091	13.895	140.381	97.345	41.650	9.500	3.477	841	1.823	501.016
Adições	583	53	1	629	27	538					1.831
Baixas	(23.676)	(1.268)	(252)	(16.722)	(3.879)	(808)					(46.605)
Transferências											
Saldo em 31 de dezembro de 2016	146.920	20.876	13.644	124.288	93.493	41.380	9.500	3.477	841	1.823	456.242
Depreciação											
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(63.527)	(4.893)	(8.711)	(52.885)	(48.473)	(30.310)	(5.111)	(1.000)			(214.910)
Adições	(45.592)	(5.496)	(3.163)	(6.042)	(9.280)	(4.501)	(3.034)	(1.014)			(78.122)
Baixas	14.328	438	472	321	941	310	2.949	188			19.947
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(94.791)	(9.951)	(11.402)	(58.606)	(56.812)	(34.501)	(5.196)	(1.826)			(273.085)
Adições	(14.178)	(1.277)	(1.009)	(13.615)	(5.931)	(337)	(839)	(822)			(38.008)
Baixas	7.531	2.004	2.004	10.280	538	180					20.533
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(101.438)	(11.228)	(10.407)	(61.941)	(62.743)	(34.300)	(5.855)	(2.648)			(290.560)
Imobilizado líquido											
Em 31 de dezembro de 2015	75.222	12.140	2.493	81.775	40.533	7.149	4.304	1.651	841	1.823	227.931
Em 31 de dezembro de 2016	45.482	9.648	3.237	62.347	30.750	7.080	3.645	829	841	1.823	165.682

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Controladora	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de campo	Veículos	Instalações	Equipamentos especiais	Edificações	Terrenos	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo											
Saldo em 1º de janeiro de 2015	165.102	22.668	13.654	11.746	19.843	41.590	6.106	3.103	841	1.823	286.476
Adições	12.163	105	305	181	71	1	238				13.064
Baixas	(4.100)	(824)	(206)	(134)	(6.636)	(12)	(2.884)	(14)			(14.810)
Transferências											
Saldo em 31 de dezembro de 2015	173.165	21.949	13.753	11.793	13.278	41.579	3.460	3.089	841	1.823	284.730
Adições	583	53	1	629	27	538					1.831
Baixas	(27.485)	(3.008)	(987)	(11.410)	(1.040)	(3.161)	(3.460)				(50.551)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	146.263	18.994	12.767	1.012	12.265	38.956	-	3.089	841	1.823	236.010
Depreciação											
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(55.397)	(4.756)	(8.594)	(3.011)	(5.529)	(30.366)	(2.982)	(563)			(111.198)
Adições	(45.592)	(5.496)	(3.163)	(329)	(3.464)	(4.501)	(2.730)	(1.014)			(66.289)
Baixas	9630	438	472		338	310	2.808	188			14.184
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(91.359)	(9.814)	(11.285)	(3.340)	(8.655)	(34.557)	(2.904)	(1.389)			(163.303)
Adições	(14.171)	(1.277)	(1.007)	(3.728)	(1.309)	(301)	(394)	(822)			(23.009)
Baixas	8.834	868	2.365	6.764		2.176	3.298				24.305
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(96.696)	(10.223)	(9.927)	(304)	(9.964)	(32.682)		(2.211)			(162.007)
Imobilizado líquido											
Em 31 de dezembro de 2015	81.806	12.135	2.468	8.453	4.623	7.022	556	1.700	841	1.823	121.427
Em 31 de dezembro de 2016	49.567	8.771	2.840	708	2.301	6.274		878	841	1.823	74.003

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

a) Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

<u>Linha de Crédito</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros médios a.a (%)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
				<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Leasing	CDI	9,9	2015 - 2019	12.936	11.501	2.768	2.199
FINAME	TJLP	5,4	2015 - 2025	85.991	91.944	25.851	34.179
Cédula de crédito bancário	CDI	10,2	2015 - 2019	1.329	10.020	182	4.198
Crédito direto ao consumidor	CDI	8,58	2015 - 2017		2.521		2.521
Nota promissória	CDI	9,11	2015		172		172
Empréstimos - partes relacionadas				52.805	18.180		
				153.061	134.338	28.801	43.269
Circulante				27.331	28.218	10.464	14.400
Não Circulante				125.730	106.120	18.337	28.869

9 DEBÊNTURES

No exercício de 2016 a Companhia não possui debêntures. Em 2015 os montantes de Debêntures foram cindidos para a CEOS Administradora de Bens S.A., conforme demonstrado em nota explicativa 17 das demonstrações contábeis.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

Consolidado	Ativos / (Passivos)		Cisão	Resultado	
	2016	2015	2015	2016	2015
Ajuste de depreciação - vida útil CPC 27		(3.134)		3.134	1.246
Custo atribuído	(5.701)	(12.382)		6.681	
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	(45.264)	(47.981)	359.141	2.717	(49.667)
Provisão para contingência		12.171		(12.171)	1.507
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		10.443		(10.443)	(2.942)
Ajuste diferido líquido dos ingressos e custos das obras do Peru - POC	(155)	(183)			
Prejuízo fiscal a compensar	94.770	85.753		9.016	85.753
Outras	710	4.358		(4.358)	5.471
	44.360	49.045	359.141	(5.424)	41.368
Controladora	Ativos / (Passivos)		Cisão	Resultado	
	2016	2015	2015	2016	2015
Direitos a faturar	(45.264)	(47.981)	359.141	2.717	(49.667)
Provisão para contingência		12.171		(12.171)	1.507
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		10.443		(10.443)	(2.942)
Ajuste de depreciação - vida útil CPC 27		(3.134)		3.134	1.246
Prejuízo fiscal a compensar	94.770	85.753		9.016	85.753
Outras	710	4.358		(4.358)	5.471
	50.216	61.610	359.141	(12.104)	41.368

11 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O Grupo classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos do Grupo. O Grupo considera existir riscos efetivos de natureza cível e trabalhista classificados como prováveis e, desta forma, constituiu provisão no valor de R\$ 64.271 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 35.832 em 2015).

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram no montante de R\$ 165.000 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 46.000 em 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

12 PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

Consolidado	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Circulante						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber						
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a) 701	2.097		2.976	(1.396)	8.684
Conta corrente	(b) 106.046	93.557				
	106.747	95.654		2.976	(1.396)	8.684
Não circulante						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber						
Mútuos	(c) 2.830	2.830				11
	2.830	2.830				11
Em empréstimos e financiamentos						
Outros				18.180		
				18.180		
Controladora						
Circulante						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber						
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a) 701	2.097		2.978	(1.396)	8.684
Conta corrente	(b) 122.738	119.085				
	123.439	121.182		2.978	(1.396)	8.684
Não circulante						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber						
Mútuos	(c) 2.830	2.830				(2.830)
	2.830	2.830				(2.830)

- a) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- b) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e suas controladas no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição do credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- c) Mútuo firmado entre a Companhia e sua controlada em conjunto AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais de Construção Ltda. e também com sua subsidiária no exterior Galvão Engenharia S.A. - Surcusal del Peru.

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

O Capital social da Companhia é de R\$ 860.143.614 subscrito e integralizado (R\$ 860.143.614 subscrito e integralizado em 2016). Está representado por 860.143.614 (860.143.614 em 2015) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes ao seguinte acionista:

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Em quantidade de ações	
	2016	2015
Galvão Participações S.A. - em recuperação judicial	860.143.613	860.143.613
MFE Participações Ltda	1	1
	860.143.614	860.143.614

b) Reserva legal, Reserva de Lucros e Prejuízos Acumulados

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 2015 a Companhia apresentou um resultado do exercício de (R\$ 282.634) que foi absorvido pela Reserva Legal no montante de R\$54.839 e Reserva de Lucros de R\$ 3.796, que resultou em um Prejuízo Acumulado de (R\$223.999).

Em 2016 a Companhia apresentou um resultado do exercício de (R\$75.209) que foi acrescido ao Prejuízo Acumulado.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado da controlada Galvão Logística, Exportação e Importação Ltda., bem como o efeito da variação cambial da subsidiária no exterior Galvão Engenharia S.A. – Sucursal del Peru.

d) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deva ser de até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

No exercício de 2016 a Companhia não está propondo pagamento de Dividendos devido ao prejuízo do exercício.

14 ASPECTOS AMBIENTAIS

A Companhia e suas controladas consideram que suas atividades de construção estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, além de acreditarem que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

15 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) e IAS 7.

16 OPERAÇÃO LAVA JATO

Em 2015, executivos da Companhia foram formalmente notificados e incluídos em um único processo no âmbito da operação “Lava Jato”. Eles foram acusados de terem, supostamente, cometido irregularidades em contratos com a Petrobrás. Na sentença de primeira instância, um dos executivos da Companhia foi absolvido de todas as acusações e os demais foram absolvidos da maior parte dos atos pelos quais eram acusados. Até o final do processo, que encontra-se em grau de recurso, acreditamos que todos os executivos serão absolvidos.

Com efeito, a acusação de que haveriam contribuições indevidas em relação a 14 contratos com a Diretoria de Abastecimento da Petrobrás, na ordem de 1% do valor de todos os contratos e aditivos (valor que se verídico fosse superaria a casa das centenas de milhões de reais), tampouco restou comprovada, a discussão na ação penal agora se restringe a supostos pagamentos indevidos no valor aproximado de R\$ 5 milhões de reais, em relação a um único contrato com a Petrobrás, o que, ainda assim, é objeto de questionamento em grau de recurso.

De igual modo, em 2015, a Companhia foi notificada da existência de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal, contra si e seus executivos, com pedido de indenização por conta dos mesmos fatos objeto da ação penal citada e de processo administrativo aberto pela Controladoria Geral da União. Recentemente, houve decisão na referida ação civil pública pela qual: (a) foram indeferidos os pedidos de indenização formulados pelo Ministério Público Federal e, assim, reduzindo os riscos econômicos relacionados com esta demanda; (b) foi excluída do processo a sua controladora Galvão Participações S.A. Tal decisão foi objeto de recurso do Ministério Público Federal.

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

Por fim, sobre os mesmos fatos já objeto da ação penal e da ação civil pública do Ministério Público Federal, a Advocacia Geral da União propôs outra ação civil pública da qual a Companhia foi notificada no fim do ano de 2016 e apresentou a sua defesa.

Contudo, baseados (i) na sentença proferida pelo juiz criminal de 1ª instância, que rejeitou a maior parte das acusações do Ministério Público, limitando o valor de potencial condenação a aproximadamente R\$ 5 milhões, em relação a um único contrato, o que, ainda assim, é objeto de questionamento em grau de recurso; (ii) nos elementos probatórios constantes nas defesas e recursos a serem apresentados; (iii) na decisão recente da ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal que indeferiu os pedidos indenizatórios; e, (iv) na opinião de nossos advogados, acreditamos que os riscos envolvidos em referidos processos não comprometerão as atividades futuras da Companhia.

No mesmo período, a Administração da Companhia reestruturou sua área de compliance, readequando para o atual volume de atividade e segue tomando medidas de controle e divulgação de sua Política de Conduta e Integridade.

17 RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 25.3.2015, a Companhia e a sua controladora Galvão Participações S.A., ajuizaram pedido de Recuperação Judicial perante o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro (processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001), cujo processamento foi deferido por decisão proferida em 27.3.2015.

O pedido de recuperação judicial representou um passo importante no projeto de reestruturação e superação da crise econômico-financeira enfrentada pela Companhia e tem por intuito proteger o valor de seus ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em decisão proferida em 14.9.2015, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro homologou o plano de recuperação judicial conjunto da Companhia (“PRJ”), aprovado por seus credores em assembleia geral instalada em primeira convocação e suspensa, a pedido dos credores, em 19.8.2015, tendo sido retomada e realizada em 28.8.2015.

O PRJ vem sendo cumprido pela Companhia. Dentre as suas obrigações, destacam-se: (i) a efetivação do pagamento de R\$ 20 mil a cada um dos credores trabalhistas, limitados ao valor dos seus créditos, no prazo de 30 dias corridos após a data da publicação da decisão que homologou o PRJ, totalizando o valor de R\$ 6.509.683,87, a teor de sua Cláusula 6.1; (ii) a

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

criação da CEOS Administradora de Bens S.A. ("CEOS"), sociedade por ações de capital fechado que, na forma da Cláusula 3.6 do PRJ, se tornará titular de certos ativos da Companhia, conforme relação prevista na Cláusula 3.5 do PRJ, e devedora dos credores concursais da recuperanda, por meio de cisão parcial da Companhia, para o fim de (ii.1) garantir a implementação do PRJ, (ii.2) otimizar a gestão dos ativos e passivos da Companhia, proporcionando ganho de sinergias no tocante à administração de bens e à recuperação de créditos da recuperanda e, ainda, (ii.3) segregar os ativos e passivos objeto da Recuperação Judicial das atividades operacionais correntes da recuperanda; (iii) a cisão parcial da Companhia, com versão do passivo concursal e ativos para a CEOS, conforme mencionado no item "ii" acima; (iii) em continuidade ao cumprimento às disposições contidas no plano de recuperação judicial da Galvão Engenharia S.A. – em recuperação judicial e Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial (em conjunto "Recuperandas"), a CEOS, em 03/06/2016, concluiu o processo de emissão de Debêntures, as quais foram subscritas e integralizadas pelos credores financeiros arrolados no processo de Recuperação Judicial em quitação aos créditos concursais por eles detidos, conforme previsto na cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial"; (iv) em 21/09/06 realizado pagamento do saldo dos Créditos Classe I e celebração de termos de acordo com Classe I remanescentes.

A administração da Companhia vem cumprindo gradativamente o quanto estabelecido no PRJ e tem a expectativa de cumpri-lo integralmente, bem como solicitar o pedido de encerramento do processo de recuperação judicial dentro dos prazos previstos na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Impacto na continuidade das operações e capacidade financeira

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da carteira total de contratos da Companhia (Backlog) era de R\$ 4,2 bilhões com cerca de 43% com clientes privados e 57% com clientes públicos.

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

Composição da Diretoria

Diretor Presidente

José Gilberto de Azevedo Branco Valentim

Diretor Corporativo

Edison Martins

Diretor de Operações

Raimundo Maurilio Freitas

Diretor de Operações

Paulo Eugênio Façanha

Contador

Claudio Berloff Junior
CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

Galvão Engenharia S.A – em Recuperação Judicial
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

* * *

